

CONTABILIDADE GERAL, AVANÇADA E CUSTOS ICMS-SC/2018

Olá, pessoal, tudo bem? Mais uma vez estamos aqui, em primeira mão, comentando essa difícil prova de Contabilidade da banca FCC, desta vez, para o concurso de Auditor Fiscal do estado de Santa Catarina.

Pessoal, como era de se esperar, a FCC não deu vida para os candidatos e preparou uma prova bem trabalhosa! Tivemos poucas surpresas na prova, como uma questão de Juros Sobre Capital Próprio que, em nosso entendimento, não faz parte do edital. Mas as questões tinham muitos cálculos e resolver no tempo apresentado era praticamente impossível!!

Espero que gostem desse material.

Professores Gabriel Rabelo, Luciano Rosa e Julio Cardozo.

*“Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes.
Isaac Newton.”*

P2 – AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO

1. **(FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018)** Em 30/11/2017, a empresa TecnoBite, que atua no setor de revenda de computadores, apresentava a seguinte situação patrimonial:

– Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 5.000,00
– Capital Social	R\$ 41.000,00
– Contas a Pagar	R\$ 14.000,00
– Imobilizado	R\$ 75.000,00
– Depreciação Acumulada	R\$ 25.000,00

Durante o mês de dezembro de 2017, a TecnoBite realizou as seguintes operações:

- Obtenção de empréstimo, em 01/12/2017, no valor de R\$ 50.000,00, para ser pago em 60 dias. A taxa de juros compostos contratada foi de 2% a.m.
- Aquisição de estoque no valor de R\$ 35.000,00, à vista.
- Pagamento de R\$ 8.000,00 do total de Contas a Pagar.
- Venda de 60% do estoque no valor total de R\$ 75.000,00 à vista, para diversos clientes.
- Aquisição de estoque no valor de R\$ 30.000,00, à vista.



– Pagamento de despesas gerais referentes ao mês de dezembro de 2017 no valor total de R\$ 6.000,00.

– O imobilizado tem uma vida útil de 60 meses, sem valor residual, sendo utilizado o método das cotas constantes, dos quais

já passaram 20 meses.

O valor do patrimônio líquido da empresa TecnoBite era, em 31/12/2017, em reais,

- (A) 88.000,00.
- (B) 73.000,00.
- (C) 89.000,00.
- (D) 87.750,00.
- (E) 86.750,00.

Comentários:

Vamos, inicialmente, montar o balanço patrimonial inicial:

Ativo		Passivo	
Caixa	R\$ 5.000,00	Contas a Pagar	R\$ 14.000,00
Imobilizado	R\$ 75.000,00	PL	
Depreciação	-R\$ 25.000,00	Capital Social	R\$ 41.000,00

– **Obtenção de empréstimo, em 01/12/2017, no valor de R\$ 50.000,00, para ser pago em 60 dias. A taxa de juros compostos contratada foi de 2% a.m.**

Uma vez que a operação é de curto prazo e a questão não informa se é relevante, não há necessidade de ajustar a valor presente.

D – Caixa (AC) 50.000,00

C – Empréstimos a pagar (PC) 50.000,00

Pode ser em caixa ou bancos. A questão não disse. Geralmente vai para bancos, mas não faz diferença, já que ambos são disponibilidades.

– Aquisição de estoque no valor de R\$ 35.000,00, à vista.

D – Estoques (AC)	35.000,00
C – Caixa (AC)	35.000,00

– Pagamento de R\$ 8.000,00 do total de Contas a Pagar.

D – Contas a pagar (PC)	8.000,00
C – Caixa (AC)	8.000,00

– Venda de 60% do estoque no valor total de R\$ 75.000,00 à vista, para diversos clientes.

D – CMV (Despesa) – 60% x 35.000	21.000
C – Estoques (AC)	21.000

D – Caixa (AC)	75.000
C – Receita de Vendas (Receita)	75.000

– Aquisição de estoque no valor de R\$ 30.000,00, à vista.

D – Estoques (AC)	30.000,00
C – Caixa (AC)	30.000,00

– Pagamento de despesas gerais referentes ao mês de dezembro de 2017 no valor total de R\$ 6.000,00.

D – Despesas gerais (Despesa)	6.000,00
C – Caixa (AC)	6.000,00

- O imobilizado tem uma vida útil de 60 meses, sem valor residual, sendo utilizado o método das cotas constantes, dos quais já passaram 20 meses.

Temos de reconhecer a despesa de depreciação.

Depreciação $75.000/60 = 1.250$

D – Encargos de depreciação (Despesa)	1.250
C – Depreciação acumulada (Ret. Ativo)	1.250



Reconhecimento da despesa financeira

Temos de nos atentar para um último detalhe! Como o prazo para pagamento do empréstimo é de 2 meses, devemos reconhecer 1 mês de encargo financeiro.

$$50.000 \times 2\% = \text{R}\$ 1.000,00$$

D – Despesas financeiras (Despesa) 1.000,00

C – Empréstimos a pagar (PC) 1.000,00

Ativo		Passivo	
Caixa	R\$ 51.000,00	Contas a Pagar	R\$ 6.000,00
Estoques	R\$ 44.000,00	Empréstimo a Pagar	R\$ 51.000,00
Imobilizado	R\$ 75.000,00	PL	
Depreciação	-R\$ 26.250,00	Capital Social	R\$ 41.000,00
		Lucros acumulados	R\$ 45.750,00
Total do ativo	R\$ 143.750,00	Total do P + PL	R\$ 143.750,00
DRE			
Receita de vendas		R\$ 75.000,00	
(-) CMV		-R\$ 21.000,00	
(-) Despesas Gerais		-R\$ 6.000,00	
(-) Depreciação		-R\$ 1.250,00	
(-) Despesa financeira		-R\$ 1.000,00	
		R\$ 45.750,00	
		Lucro do período	

Somando o PL, encontraremos R\$ 86.750,00.

Mas, professores, e quanto à destinação dos lucros acumulados. Vejam que a questão não fala nada sobre dividendos. Então, não podemos pressupor como essa entidade paga dividendos. Ademais, a vedação de manter a conta lucros acumulados é válida somente para as sociedades anônimas, informação que também foi omitida.

Gabarito → E.



2. **(FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018)** A empresa Monta e Desmonta adquiriu, em 01/01/2016, uma máquina no valor de R\$ 150.000,00, à vista. Para a aquisição e colocação em funcionamento, a empresa incorreu adicionalmente nos seguintes gastos:

- Tributos recuperáveis no valor de R\$ 20.000,00.
- Gastos com transporte e seguro no valor de R\$ 8.000,00.
- Gastos com instalação no valor de R\$ 6.000,00.

A empresa estima que incorrerá em gastos no valor de R\$ 12.000,00 (equivalentes à vista) para desinstalar esta máquina ao final de sua vida útil. A vida útil da máquina era 5 anos, sendo que essa máquina ficou disponível para o uso apenas em 31/03/2016. Ademais, espera-se que ao final do período de vida útil a máquina valha R\$ 14.000,00.

Sabendo que a empresa utiliza o método das cotas constantes, o valor contábil da máquina, em 31/12/2017, era, em reais,

- (A) 132.300,00.
- (B) 119.300,00.
- (C) 111.200,00.
- (D) 105.300,00.
- (E) 111.500,00.

Comentários:

Inicialmente, vamos calcular o valor de custo.

Valor aquisição (01.01.2016)	R\$ 150.000,00
Transporte e seguro	R\$ 8.000,00
Instalação	R\$ 6.000,00
Desinstalação	R\$ 12.000,00
Valor de custo	R\$ 176.000,00

Agora, temos de saber que a depreciação se inicia somente no momento em que o ativo está disponível para uso, ou seja, em 31.03.2016.

Valor de custo (31.03.2016) 176.000,00

(-) Valor residual	14.000,00
Valor depreciável	162.000,00
Vida útil	5 anos
Depreciação anual	$161.000/5 = 32.400/\text{ano}$

Em 2016, a máquina depreciará de abril a dezembro.

Em 2017, depreciará 12 meses.

Depreciação 2016 = $9/12 \times 32.400 = 24.300,00$

Depreciação 2017 = 32.400,00

Depreciação acumulada total = R\$ 56.700,00

Valor contábil = $176.000 - 56.700 = \text{R}\$ 119.300,00$

Quanto aos tributos recuperáveis, veja que eles não inclusos e nem retirados. A chave da questão está no adicionalmente. Geralmente, nós retiramos o valor dos tributos recuperáveis, pois eles já estão no valor. Mas, nesta questão, ela diz que foi um gasto adicional. Assim, nada é feito.

Gabarito → B.

3. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) A empresa Estocagem comprou, à vista, mercadorias para revenda no valor de R\$ 100.000,00, com desconto de R\$ 15.000,00 em função do volume. Adicionalmente, incorreu nos seguintes gastos:

- Imposto de importação no valor de R\$ 10.000,00.
- Gastos com armazenamento para que a mercadoria chegue até a empresa no valor de R\$ 15.000,00.
- Gasto com transporte das mercadorias até a empresa no valor de R\$ 5.000,00.
- IPI não recuperável no valor de R\$ 4.000,00.
- ICMS recuperável no valor de R\$ 7.000,00.
- Gastos com seguros para transporte das mercadorias até a empresa no valor de R\$ 3.000,00.

O custo das mercadorias adquiridas foi, em reais,

- (A) 125.000,00.
- (B) 107.000,00.
- (C) 137.000,00.
- (D) 122.000,00.
- (E) 129.000,00.

Comentários:

Vamos calcular o custo de aquisição...

Lembre-se de que o custo do estoque inclui todos os gastos necessários para o que produto esteja nas condições pretendidas pela administração.

Valor de aquisição	R\$ 100.000,00
(-) Desconto incondicional	-R\$ 15.000,00
Imposto de importação	R\$ 10.000,00
Armazenamento	R\$ 15.000,00
Transporte	R\$ 5.000,00
IPI não recuperável	R\$ 4.000,00
Seguro	R\$ 3.000,00
Valor de custo total	R\$ 122.000,00

Quanto aos tributos recuperáveis, veja que eles não inclusos e nem retirados. A chave da questão está no adicionalmente. Geralmente, nós retiramos o valor dos tributos recuperáveis, pois eles já estão no valor. Mas, nesta questão, ela diz que foi um gasto adicional. Assim, nada é feito.

Gabarito → D.

4. **(FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018)** A empresa Solaris possuía as seguintes contas com os respectivos saldos em 31/12/2017:

Duplicatas a Receber de Clientes: R\$ 600.000,00;

Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa: R\$ 10.000,00;

Caixa e Equivalentes de Caixa: R\$ 110.000,00;

Contas a Pagar: R\$ 150.000,00 e Patrimônio Líquido: R\$ 550.000,00.

No entanto, antes do encerramento do período, a empresa realizou as seguintes transações em 31/12/2017:

- Desconto de uma duplicata de R\$ 150.000,00, 30 dias antes do vencimento, com taxa de desconto comercial de 7% ao mês.
- Reconhecimento da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa. A empresa possui conhecimento de que 5% dos seus clientes nunca pagam suas dívidas.

Ao elaborar o balanço patrimonial de 31/12/2017, o total do ativo e o valor do passivo (capital de terceiros) da empresa Solaris eram, respectivamente, em reais,

- (A) 809.500,00 e 289.500,00.
- (B) 809.500,00 e 300.000,00.
- (C) 819.500,00 e 289.500,00.
- (D) 680.000,00 e 150.000,00.
- (E) 819.500,00 e 269.500,00.

Comentários:

Vamos efetuar a contabilização dos fatos contábeis apresentados:

- Desconto de uma duplicata de R\$ 150.000,00, 30 dias antes do vencimento, com taxa de desconto comercial de 7% ao mês.

$$\text{Desconto} = 150.000 \times 0,07 = 10.500$$

Contabilização:

D – Bancos (ativo)	R\$ 139.500,00
D – Encargos Financeiros a Transcorrer (retificadora do passivo)	R\$ 10.500,00
C – Duplicatas Descontadas	R\$ 150.000,00

- Reconhecimento da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa. A empresa possui conhecimento de que 5% dos seus clientes nunca pagam suas dívidas.

Duplicatas a Receber de Clientes: R\$ 600.000,00

$$\text{Estimativa de Perdas (5\%): } 600.000 \times 0,05 = \text{R\$ } 30.000,00$$

Esse é o saldo final que deve aparecer no balanço patrimonial da empresa para o exercício seguinte. Pessoal, aqui nós podemos proceder de duas formas: revertemos o saldo de 10.000 como receita e constituímos uma nova estimativa de perda de 30.000 (método da reversão) ou complementamos o saldo que falta – 20.000. Faremos da segunda forma!

Contabilização:

D – Despesas com estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa	R\$ 20.000,00
C – Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	R\$ 20.000,00

Após as devidas contabilizações, teremos os seguintes saldos para ativos e passivos:

Duplicatas a Receber de Clientes	R\$ 600.000,00;
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa:	R\$ 30.000,00;
Caixa e Equivalentes de Caixa:	R\$ 249.500,00;
Total do Ativo	R\$ 819.500,00

Por sua vez, o passivo exigível terá a seguinte configuração:

Contas a Pagar:	R\$ 150.000,00
Duplicatas Descontadas	R\$ 150.000,00
(-) Encargos Financeiros a Transcorrer (retificadora do passivo)	(R\$ 10.500,00)
Total do Passivo:	R\$ 289.500,00.

Gabarito → C

5. **(FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018)** Em 28/02/2017, a empresa Monta e Desmonta comprou uma nova máquina no valor de R\$ 160.000,00, à vista, com vida útil econômica estimada de 5 anos e valor residual de R\$ 10.000,00. Em 31/12/2017, após utilizar a máquina por 10 meses, a empresa Monta e Desmonta reavaliou a vida útil econômica remanescente da máquina em 40 meses e valor residual de R\$ 15.000,00. Em 31/10/2018, a empresa Monta e Desmonta decidiu vender esta máquina por R\$ 130.000,00, à vista. Com base nessas informações, o resultado obtido pela empresa Monta e Desmonta com a venda da máquina foi, em reais,

- (A) 25.000,00, de ganho.
- (B) 28.000,00, de ganho.
- (C) 5.000,00, de prejuízo.
- (D) 5.000,00, de ganho.
- (E) 40.000,00, de ganho.

Comentários:



O CPC 27 – Ativo Imobilizado afirma que a o valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil. Foi o que aconteceu nessa questão. A vida útil e o valor residual foram alterados.

Valor Depreciável = 160.000 – 10.000 = 150.000

Vida Útil = 5 anos / Depreciação Anual = 150.000/5 = R\$ 30.000 ou 30.000/12 = 2.500 por mês

Tempo de uso até a reestimativa = 10 meses

Depreciação Acumulada = 10 x 2.500 = R\$ 25.000

Valor Contábil 31.12.2017 = 160.000 – 25.000 = 135.000

Agora, temos de calcular a depreciação, com a nova vida útil e o novo valor residual, mas usando o valor contábil atual: 135.000

Valor Depreciável = 135.000 – 15.000 = 120.000

Vida Útil = 40 meses ou Depreciação mensal = 120.000/40 = R\$ 3.000

Depreciação Acumulada 31.10.2018 = R\$ 25.000 (inicial) + 30.000 = R\$ 55.000

Valor Contábil 31.10.2018 = 160.000 – 55.000 = 105.000

Como o bem foi vendido por 130.000, houve um ganho de 130.000 – 105.000 = 25.000,00

Gabarito → A

6. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) A empresa Apuração S.A. apresentava, em 31/12/2016, as seguintes contas no seu Patrimônio Líquido:

Capital Social Subscrito R\$ 1.500.000,00;

Capital Social a Integralizar R\$ 250.000,00;

Ações em Tesouraria R\$ 150.000,00;

Reserva Legal R\$ 235.000,00;

Reserva Estatutária R\$ 250.000,00 e Reserva para Expansão R\$ 25.000,00.

No exercício social seguinte, aconteceram os seguintes fatos em ordem cronológica:

- Integralização de R\$ 50.000,00 do Capital Social, em dinheiro.
- Obtenção de lucro líquido no valor de R\$ 700.000,00.
- O Estatuto Social estabelece a seguinte destinação do lucro:
 - Reserva Estatutária: 20% do lucro líquido.
 - Reserva de Lucros para Expansão: 30% do lucro líquido.
- Dividendo mínimo obrigatório: 30% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei no 6.404/1976.



- A Reserva Legal é constituída de acordo com a Lei no 6.404/1976.
- Todo o saldo remanescente é distribuído como dividendos adicionais.

Com base nessas informações, o saldo do Patrimônio Líquido da empresa Apuração S.A., em 31/12/2017, era, em reais,

- (A) 2.457.500,00.
- (B) 2.157.500,00.
- (C) 2.460.500,00.
- (D) 2.360.000,00.
- (E) 2.160.500,00.

Comentários:

PL em 31/12/2016	
Capital Subscrito	R\$ 1.500.000,00
Capital a Integralizar	-R\$ 250.000,00
Ações em tesouraria	-R\$ 150.000,00
Reserva Legal	R\$ 235.000,00
Reserva Estatutária	R\$ 250.000,00
Reserva para Expansão	R\$ 25.000,00
Total	R\$ 1.610.000,00

- **Integralização de R\$ 50.000,00 do Capital Social, em dinheiro.**

D – Caixa (AC) 50.000,00
C – Capital a Integralizar (PL) 50.000,00

- **Obtenção de lucro líquido no valor de R\$ 700.000,00.**

D – Lucro do exercício (DRE) 700.000,00
C – Lucros acumulados (PL) 700.000,00

- **O Estatuto Social estabelece a seguinte destinação do lucro:**

– **Reserva Estatutária: 20% do lucro líquido.**

D – Lucros acumulados (PL)	140.000,00
C - Reserva Estatutária (PL)	140.000,00

– **Reserva de Lucros para Expansão: 30% do lucro líquido.**

D – Lucros acumulados (PL)	210.000,00
C – Reserva para Expansão (PL)	210.000,00

– **A Reserva Legal é constituída de acordo com a Lei no 6.404/1976.**

Reserva legal = 5% x Lucro do exercício

Reserva legal = 5% x 700.000,00

Reserva legal = 35.000,00

Cálculo do limite:

20% x Capital Social Realizado

20% x (1.500.000,00 – 200.000,00)

20% x 1.300.000,00 = 260.000,00

Como já temos 235.000 de reserva legal, somente poderemos constituir R\$ 25.000,00

D – Lucros acumulados (PL)	25.000
C – Reserva legal (PL)	25.000

– **Dividendo mínimo obrigatório: 30% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei no 6.404/1976.**

Agora, vamos ajustar para o cálculo do dividendo:

Lucro líquido do exercício – Reserva legal = lucro ajustado

700.000 – 25.000 = 675.000

Dividendos = 30% x 675.000,00 = 202.500

D – Lucros acumulados (PL)	202.500
C – Dividendos a pagar (PL)	202.500

– **Todo o saldo remanescente é distribuído como dividendos adicionais.**

Vamos ver o que sobrou:

$$700.000 - 25.000 - 210.000 - 140.000 - 202.500 = 122.500$$

D – Lucros acumulados (PL) 122.500

C – Dividendos adicionais declarados (PL) 122.500

O PL ficará do seguinte modo:

PL em 31/12/2017	
Capital Subscrito	R\$ 1.500.000,00
Capital a Integralizar	-R\$ 200.000,00
Ações em tesouraria	-R\$ 150.000,00
Reserva Legal	R\$ 260.000,00
Reserva Estatutária	R\$ 390.000,00
Reserva para Expansão	R\$ 235.000,00
Lucros acumulados	R\$ 122.500,00
Total	R\$ 2.157.500,00

Os dividendos adicionais ficam no PL até a aprovação da assembleia, que ocorrerá posteriormente.

Gabarito → B.

Atenção: Para responder às questões de números 7 e 8, considere as informações a seguir:

A tabela a seguir apresenta as aplicações financeiras realizadas pela empresa Valoração S.A. no dia 01/07/2017. Na tabela, são encontradas as características de cada aplicação, bem como a forma de mensuração definida pela empresa para cada aplicação:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/07/2017 (R\$)
250.000	31/05/2023	Mensuração ao custo amortizado	1,5% a.m.	260.000
300.000	31/10/2022	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1% a.m.	305.000
225.000	31/03/2020	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	2% a.m.	220.000

7. O valor total dessas aplicações apresentado no Balanço Patrimonial da empresa Valoração S.A., em 31/07/2017, foi, em reais,

- (A) 786.250,00.
- (B) 776.750,00.
- (C) 778.750,00.
- (D) 785.000,00.
- (E) 783.000,00.

Comentários:

CPC 48 na área. A FCC adaptou o padrão antigo de questões com as novas classificações. Como alertamos sempre, esse tipo de questão vai ser recorrente nas próximas provas de Contabilidade.

Os Títulos mensurados ao **custo amortizado** são semelhantes aos **antigos títulos mantidos até o vencimento**. O valor dos rendimentos (juros) vai para o resultado e não são ajustados ao valor justo.

Para os **títulos mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**, o valor dos rendimentos (juros) vai para o resultado; o **ajuste a valor justo vai para o PL, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial**.

Quanto aos títulos mensurados ao **valor justo por meio do resultado**, os rendimentos e o ajuste a valor justo vão para o Resultado.

Fica assim:

Mensuração definida pela empresa	Valor Aplicado	Juros (Valor Aplicado x Taxa)	Custo Amortizado (Valor Aplicado + Juros)	Valor Justo em 31.12.2017	Avaliação a Valor Justo	Valor Apresentado no Balanço
Mensuração ao custo amortizado	R\$ 250.000,00	R\$ 3.750,00	R\$ 253.750,00	R\$ 260.000,00	Não	R\$ 253.750,00
Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	R\$ 300.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 303.000,00	R\$ 305.000,00	Sim	R\$ 305.000,00
Mensuração ao valor justo por meio do resultado	R\$ 225.000,00	R\$ 4.500,00	R\$ 229.500,00	R\$ 220.000,00	Sim	R\$ 220.000,00
					Total Apresentado no Balanço	R\$ 778.750,00

Com isso podemos garantir que o gabarito da nossa questão é “C”.

Gabarito → C

8. O impacto reconhecido no resultado da empresa Valoração S.A., referente às aplicações financeiras, no mês de julho de 2017, foi, em reais,

- (A) 10.000,00.
- (B) 1.750,00.
- (C) 11.250,00.
- (D) 13.250,00.
- (E) 3.750,00.

Comentários:

Vamos analisar o efeito no resultado da empresa da apropriação da receita financeira e do ajuste a valor justo:

Mensuração ao custo amortizado



Receita Financeira = $250.000 \times 1,5\% = R\$ 3.750,00$ (esse valor vai para a DRE como receita financeira).

Custo Amortizado = R\$253.750,00

Valor Justo = 260.000,00

Não há ajuste a valor justo.

Contabilização:

D – Instrumento Financeiro	R\$ 3.750,00
C – Receitas Financeiras (resultado)	R\$ 3.750,00

Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Receita Financeira = $300.000 \times 1\% = R\$ 3.000,00$ (esse valor vai para a DRE como receita financeira).

Custo Amortizado = 303.000,00

Valor Justo = 305.000,00

A empresa teve um ganho **por ajuste a valor justo** de $305.000 - 303.000 = 2.000$

A contabilização desses fatos contábeis fica assim:

D – Instrumento Financeiro	R\$ 3.000
C – Receitas Financeiras	R\$ 3.000

Ajuste a Valor Justo

D – Instrumento Financeiro	R\$ 2.000
C – Ajuste de Avaliação Patrimonial (PL)	R\$ 2.000

Mensuração ao valor justo por meio do resultado.

Receita Financeira = $225.000 \times 2\% = R\$ 4.500,00$ (esse valor vai para a DRE como receita financeira).

Custo Amortizado = R\$229.500,00

Valor Justo = R\$220.000,00

A empresa teve uma perda por ajuste a valor justo de $220.000 - 229.500 = 9.500$

Tivemos receita financeira de 4.500 e despesa de 9.500, portanto, resultado financeiro líquido de 5.000. (despesa)

Contabilização:

D – Despesas Financeiras R\$ 5.000

C – Instrumento Financeiro R\$ 5.000

O total que foi apropriado ao resultado do exercício, referente aos três títulos, foi: $3.750 + 3.000 - 5.000 = 1.750,00$.

Gabarito → B

9. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) A Cia. Negociante possuía a seguinte estrutura patrimonial em 31/12/2016 (valores em reais):

Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	250.000	Passivo Circulante	145.000
Caixa e equivalentes de caixa	100.000	Fornecedores	145.000
Duplicatas a receber de clientes	100.000		
Estoque	50.000		
Ativo Não Circulante	100.000	Patrimônio Líquido	205.000
Imobilizado Imóvel A	120.000	Capital social	205.000
Depreciação acumulada – Imóvel A	(20.000)		
Total do Ativo	350.000	Total do Passivo + Patrimônio Líquido	350.000

Durante o ano 2017, a Cia. Negociante realizou as seguintes transações:

- Venda do imóvel A em 01/01/2017 por R\$ 110.000,00, à vista.
- Pagamento a Fornecedores no valor de R\$ 80.000,00.
- Recebimento de Duplicatas a receber de clientes no valor de R\$ 90.000,00.

– Aquisição, em 01/07/2017, do imobilizado B no valor de R\$ 60.000,00, sendo 25%, à vista, e o restante para ser pago em

2018. A vida útil econômica estimada do bem era de 5 anos e valor residual de R\$ 10.000,00.

– Obtenção de empréstimo, em 01/07/2017, no valor de R\$ 150.000,00, com taxa de juros de 5% ao semestre. Os juros serão pagos em 2018.

– Recompra, em 30/09/2017, de ações de sua própria emissão no valor de R\$ 20.000,00.

– Pagamento antecipado ao Fornecedor Duvidoso, no valor de R\$ 50.000,00, por mercadorias a serem entregues em dezembro de 2017.

– Recebimento antecipado do cliente João no valor de R\$ 200.000,00, para que a Cia. Ihe entregue produtos em dezembro de 2017.

– Recebimento das mercadorias pagas antecipadamente ao Fornecedor Duvidoso.

– Entrega em dezembro das mercadorias ao cliente João. O custo das mercadorias entregues foi de R\$ 75.000,00.

Após o reconhecimento das transações acima, o total do Ativo da Cia. Negociante era, em 31/12/2017, em reais,

(A) 525.000,00.

(B) 595.000,00.

(C) 575.000,00.

(D) 580.000,00.

(E) 567.500,00.

Comentários:

Vamos analisar os fatos apresentados e verificarmos o efeito no Ativo:

– Venda do imóvel A em 01/01/2017 por R\$ 110.000,00, à vista.

O valor contábil do Imóvel era $120.000 - 20.000 = 100.000$ e foi vendido por 110.000 à vista, portanto, há um ganho de R\$ 10.000 (receita).

D – Bancos (Ativo)	110.000
D – Depreciação Acumulada (retificadora do ativo)	20.000
C – Imobilizado Imóvel A (ativo)	120.000
C – Ganho na Alienação de Imóvel (resultado)	10.000.

O efeito no ativo foi de $110.000 + 20.000 - 120.000 =$ aumento de 10.000

– Pagamento a Fornecedores no valor de R\$ 80.000,00.

D – Fornecedores 80.000

C – Caixa 80.000

O efeito no ativo foi diminuição de 80.000

– Recebimento de Duplicatas a receber de clientes no valor de R\$ 90.000,00.

D – Duplicatas a Receber 90.000

C – Caixa 90.000

Não há efeito no total do Ativo.

– Aquisição, em 01/07/2017, do imobilizado B no valor de R\$ 60.000,00, sendo 25%, à vista, e o restante para ser pago em 2018. A vida útil econômica estimada do bem era de 5 anos e valor residual de R\$ 10.000,00.

Contabilização da aquisição:

D – Imobilizado B 60.000,00

C – Caixa 15.000,00

C – Fornecedores 45.000,00

Tivemos aumento no Ativo de $60.000 - 15.000 = 45.000,00$

Contabilização da depreciação:

Depreciação Anual: $(60.000 - 10.000)/5 = 10.000$

No ano de 2017 o bem foi depreciado por 6 meses, portanto, 5.000

D – Despesa de Depreciação

C – Depreciação Acumulada 5.000

Diminuição no Ativo de 5.000,00

– Obtenção de empréstimo, em 01/07/2017, no valor de R\$ 150.000,00, com taxa de juros de 5% ao semestre. Os juros serão pagos em 2018.

D – Bancos	150.000
C – Empréstimos a pagar	150.000

Há o reconhecimento da despesa financeira em 2017, mas não afetará o Ativo.

Aumento do Ativo de 150.000,00

– Recompra, em 30/09/2017, de ações de sua própria emissão no valor de R\$ 20.000,00.

D – Ações em Tesouraria (PL)	20.000
C – Caixa	20.000

Diminuição do Ativo de 20.000,00

– Pagamento antecipado ao Fornecedor Duvidoso, no valor de R\$ 50.000,00, por mercadorias a serem entregues em dezembro de 2017.

D – Adiantamento a Fornecedores (ativo)	50.000,00
C – Bancos (ativo)	50.000,00

Não há alteração no total do ativo.

– Recebimento antecipado do cliente João no valor de R\$ 200.000,00, para que a Cia. lhe entregue produtos em dezembro de 2017.

D – Bancos (Ativo)	200.000
C – Adiantamento de Clientes (Passivo)	200.000

Aumento do Ativo de 200.000,00

– Recebimento das mercadorias pagas antecipadamente ao Fornecedor Duvidoso.

D – Estoques (ativo)	50.000,00
----------------------	-----------



C – Adiantamento a Fornecedores (ativo) 50.000,00

Não há efeito no total do ativo.

– Entrega em dezembro das mercadorias ao cliente João. O custo das mercadorias entregues foi de R\$ 75.000,00.

D – CMV 75.000

C – Estoques 75.000

D – Adiantamento de Clientes 200.000

C – Receita de Vendas 200.000

Ocorreu a diminuição do ativo de 75.000

Saldo Final = 350.000 + 10.000 – 80.000 + 45.000 – 5.000 + 150.000 – 20.000 + 200.000 – 75.000 = 575.000,00

Gabarito → C

10. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Considere:

I. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 20% do capital social.

II. A companhia somente pode pagar dividendos à conta de lucro líquido do exercício, de lucros acumulados e de reserva de lucros; e à conta de reserva de capital, em casos específicos.

III. A Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de Administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II e III.

(B) I e III.

(C) I.

(D) II.

(E) III.

Comentários:

Comentemos item a item...

I. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 20% do capital social.

Item está incorreto. O percentual é de 30%. Este é o limite facultativo.

O valor de 20% é para o limite obrigatório.

II. A companhia somente pode pagar dividendos à conta de lucro líquido do exercício, de lucros acumulados e de reserva de lucros; e à conta de reserva de capital, em casos específicos.

O item está correto. O lucro líquido, lucros acumulados e as reservas de lucros podem ser utilizados para pagamento dos dividendos.

As reservas de capital, conforme o artigo 200, somente podem ser utilizadas no caso de pagamento de dividendos para ações preferenciais.

III. A Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de Administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Item correto. Essa é a exata previsão do artigo 195-A da Lei 6.404/76.

Gabarito → A.

11. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) A Cia. Só Papel realizou as seguintes transações em 30/11/2017:

– Aplicação financeira no valor de R\$ 100.000,00 em títulos que rendem 3% ao mês (juros compostos). A Cia. classificou estes títulos como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

– Aquisição por R\$ 300.000,00, à vista, de 40% de uma investida no exterior que possui como moeda funcional o Euro (€).

Em 31/12/2017, ao converter as demonstrações contábeis da coligada para Reais, a Cia. Só Papel verificou que o lucro líquido apurado pela investida era R\$ 50.000,00 e que o valor dos ajustes

acumulados de conversão era R\$ 20.000,00 negativos. Na mesma data, o valor justo da aplicação financeira era R\$ 101.000,00.

O impacto reconhecido pela Cia. Só Papel na Demonstração do Resultado Abrangente de 2017, exclusivamente em relação a essas duas transações, desconsiderando o lucro líquido do período e os possíveis efeitos tributários, foi, em reais,

- (A) 8.000,00, negativos.
- (B) 10.000,00, negativos.
- (C) 1.000,00, positivos.
- (D) 2.000,00, negativos.
- (E) 7.000,00, negativos.

Comentários:

Vejamos primeiro as aplicações financeiras:

		Juros	Valor do título	Perda por valor justo (PL)
Aplicações financeiras	R\$ 100.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 103.000,00	R\$ 2.000,00

Essa perda vai para o PL, para a conta ajuste de avaliação patrimonial, que compõe outros resultados abrangentes na DRA.

Para o investimento, temos de fazer o seguinte cálculo:

Quando a empresa obteve o lucro de R\$ 50.000,00, nós temos direito a 40% deste valor. Isso é lançado como resultado de equivalência patrimonial, na demonstração do resultado do exercício. Isso não afeta a DRA.

Todavia, o ajuste acumulado de conversão, que resulta da conversão das demonstrações do euro para o real, este assim afeta o resultado abrangente. Como o resultado abrangente total é (R\$ 20.000,00), 40% disso afetará o nosso cálculo, ou seja, (R\$ 8.000,00).

Portanto, a nossa DRA é afetada em:

$$- 2.000 - 8.000 = 10.000 \text{ negativos.}$$

Gabarito → B.

12. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Em 31/12/2016, a Cia. Conta Certa obteve um empréstimo no valor de R\$ 5.000.000,00 com as seguintes características:

- Prazo total: 3 anos
- Taxa de juros compostos: 9% ao ano
- Pagamentos: parcelas iguais e anuais de R\$ 1.975.273,79.
- Datas de vencimentos das parcelas: 31 de dezembro de cada ano.

Para a obtenção do empréstimo, a empresa incorreu em custos de transação no valor total de R\$ 90.000,00 e a taxa de custo efetivo da emissão foi 10% ao ano. O saldo líquido total apresentado para o empréstimo no balanço patrimonial de 31/12/2017, após o pagamento da primeira parcela, e o valor dos encargos financeiros reconhecidos no resultado de 2017 foram, respectivamente, em reais,

- (A) 3.376.626,21 e 441.900,00.
- (B) 3.414.726,21 e 480.000,00.
- (C) 3.425.726,21 e 491.000,00.
- (D) 3.524.726,21 e 500.000,00.
- (E) 3.474.726,21 e 450.000,00.

Comentários:

Temos de saber o valor da captação líquida:

Empréstimo	R\$ 5.000.000,00
(-) Custo de transação	-R\$ 90.000,00
Captação líquida	R\$ 4.910.000,00

Agora, em cima deste valor, calculamos os encargos financeiros:

Empréstimo	R\$ 5.000.000,00
(-) Custo de transação	-R\$ 90.000,00
Captação líquida	R\$ 4.910.000,00
Encargos financeiros (10%)	R\$ 491.000,00
Valor atualizado do empréstimo	R\$ 5.401.000,00

Agora é só subtrair o valor do pagamento:

Empréstimo	R\$	5.000.000,00
(-) Custo de transação	-R\$	90.000,00
Captação líquida	R\$	4.910.000,00
Encargos financeiros (10%)	R\$	491.000,00
Valor atualizado do empréstimo	R\$	5.401.000,00
(-) Pagamento da parcela	-R\$	1.975.273,79
Valor atualizado do empréstimo 2	R\$	3.425.726,21

Gabarito → C.

CABE RECURSO!

13. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) A empresa comercial Compra & Venda S.A. apresentou as seguintes informações referentes ao resultado do primeiro semestre de 2018:

Demonstração do Resultado	
01/01/2018 a 30/06/2018	(em reais)
Receita Bruta de Vendas	780.000
(-) Impostos sobre vendas	(210.000)
(=) Receita Líquida	570.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(330.000)
(=) Lucro Bruto	240.000
(-) Despesas operacionais	
Despesas de depreciação	(40.000)
Despesas gerais	(20.000)
(=) Lucro antes do IR e CSLL	180.000
(-) IR e CSLL	(53.500)
(=) Lucro Líquido	126.500

Sabe-se que o valor dos tributos recuperáveis referentes aos produtos vendidos no primeiro semestre de 2018 foi R\$ 48.000,00.

Com base nessas informações, o Valor Adicionado a Distribuir gerado pela empresa Compra & Venda S.A., no primeiro semestre de 2018, foi, em reais,

- (A) 240.000.
- (B) 410.000.
- (C) 450.000.
- (D) 402.000.
- (E) 362.000.

Comentários:

Vamos montar as duas partes da DVA. Aqui cabe lembrar que na parte de cima os tributos devem ser incluídos, sejam eles recuperáveis ou não. Na parte de baixo, devemos apresentá-la líquida de tributos.

Para isso, você precisa saber que o CMV é líquido de tributos, por isso devemos somar o valor de R\$ 48.000,00.

Receitas	R\$ 780.000,00
(-) Insumos adquiridos de terceiros	-R\$ 378.000,00
Valor adicionado bruto	R\$ 402.000,00
(-) Retenções	-R\$ 40.000,00
Valor adicionado líquido	R\$ 362.000,00
Valor adicionado recebido em transferência	R\$ -
Valor adicionado a distribuir	R\$ 362.000,00

Agora, vamos para a segunda parte da DVA, que tem que bater com a primeira.

Receitas	R\$ 780.000,00
(-) Insumos adquiridos de terceiros	-R\$ 378.000,00
Valor adicionado bruto	R\$ 402.000,00
(-) Retenções	-R\$ 40.000,00
Valor adicionado líquido	R\$ 362.000,00

Valor adicionado recebido em transferência	R\$ -
Valor adicionado a distribuir	R\$ 362.000,00
Distribuição do valor adicionado	
Governo (210.000 - 48.000 + 53.500)	R\$ 215.500,00
Próprio	R\$ 126.500,00
Gerais	R\$ 20.000,00
Distribuição do valor adicionado	R\$ 362.000,00

Vejam que, nesta hipótese, a DVA somente fechará se incluirmos as **despesas gerais** na distribuição do valor adicionado. Todavia, não podemos pressupor que essas despesas gerais integrem a segunda parte da DVA. Não há qualquer tipo de orientação neste sentido no CPC 09. Ora! Se fosse pessoal ou remuneração de capital de terceiros, a questão deveria ser expressa.

Por isso, caso o candidato opte por fazer a DVA pela segunda parte, não encontraria resposta, pois acharia R\$ 342.000,00, alternativa que não consta na questão examinada.

Pelo contrário. Em regra, despesas gerais devem integrar os insumos adquiridos de terceiros nesta demonstração. Por isso, acreditamos que caiba recurso.

Gabarito → E.

Sugestão → Recurso pela falta de especificidade (DVA não fecharia).

14. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Em 31/07/2018, a Cia. Só Fitas apresentava 500 unidades de um determinado produto em seu estoque, registrados pelo custo total de R\$ 300.000,00. A Cia. comercializa somente esse produto e durante o mês de agosto de 2018 realizou, em ordem cronológica, as seguintes transações relacionadas com a compra e a venda do produto:

Dia	Transação
03	Compra de 300 unidades ao preço unitário de R\$ 500,00.
08	Obtenção de um abatimento no valor total de R\$ 2.000,00 na compra realizada no dia 03.
14	Venda de 40% das unidades disponíveis no estoque nesta data pelo preço unitário de R\$ 1.000,00.
22	Compra de 100 unidades ao preço unitário de R\$ 490,00.
29	Pagamento de frete no valor de R\$ 1.200,00 referente à compra realizada no dia 22.
30	Recebimento em devolução de 20 unidades vendidas no dia 14.
31	Devolução de 20 unidades da compra realizada no dia 22.

Sabendo que não há incidência de qualquer tributo na compra e na venda desse produto, e que a Cia. Só Fitas utiliza o critério da média ponderada móvel, o saldo da conta Estoque evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/08/2018 foi, em reais,

- (A) 320.200,00.
- (B) 329.200,00.
- (C) 320.400,00.
- (D) 328.960,00.
- (E) 319.000,00.

Comentários:

Vamos montar a tabela de estoque...

Data	Entrada			Venda			Saldo		
	Q	VU	Total	Q	VU	Total	Q	VU	Total
EI	500	600	300000				500	600	300000
3	300	500	148000				800	560	448000
14				320	560	179200	480	560	268800
22	100	490	50200				580	550	319000
30				-20	560	-11200	600	550,33	330200
31	-20	490	-9800				580	552,41	320400

O campo de azul representa o estoque final (R\$ 320.400,00), portanto, nosso gabarito, que é a letra c.

Atenção especial aos espaços em verde, que representam as devoluções de compra e de venda.

Gabarito → C.

Atenção: Para responder às questões de números 15 e 16, considere os balanços patrimoniais da Cia. Batucada, em 31/12/2017 e 30/06/2018, e a demonstração do resultado do primeiro semestre de 2018 apresentados a seguir:

Balanços Patrimoniais					
(em reais)					
Ativo	31/12/2017	30/06/2018	Passivo	31/12/2017	30/06/2018
Ativo Circulante	260.000	511.000	Passivo Circulante	165.000	125.000
Disponível	110.000	298.000	Fornecedores	120.000	85.000
Duplicatas a receber	90.000	75.000	Imposto de renda a pagar	23.000	10.000
Estoques	60.000	102.000	Adiantamento de clientes	22.000	-
Seguros antecipados	-	36.000	Dividendos a pagar	-	30.000
Ativo Não Circulante	540.000	393.000	Passivo Não Circulante	210.000	270.000
Investimento – Cia. A Imobilizado	180.000	196.000	Empréstimos	200.000	245.000
Terreno	180.000	-	Provisões	10.000	25.000
Máquinas	200.000	242.000	Patrimônio Líquido	425.000	509.000
Depreciação acumulada	(20.000)	(45.000)	Capital social	350.000	400.000
			Reservas de lucros	75.000	109.000
Total do Ativo	800.000	904.000	Total do Passivo + PL	800.000	904.000

Demonstração do Resultado

01/01/2018 a 30/06/2018

(em reais)

Receita Bruta de vendas	940.000
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(530.000)
(=) Resultado Bruto	410.000
(-) Despesas Operacionais	
Despesas administrativas e gerais	(216.000)
Despesas de depreciação	(25.000)
Despesas com provisões	(15.000)
(+) Outras Receitas Operacionais	
Resultado de equivalência patrimonial	16.000
Prejuízo na venda do terreno	(38.000)
Resultado Antes do Resultado Financeiro	132.000
Despesa financeira (juros)	(9.000)
Resultado Antes do IR e CSLL	123.000
Despesa com Imposto de Renda e CSLL	(34.000)
Resultado Líquido	89.000

As seguintes informações adicionais são conhecidas:

- As despesas financeiras (juros) do período não foram pagas;
- Os investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial;
- O terreno foi vendido à vista;
- Não houve venda de máquinas no período;
- O aumento de capital foi realizado com os seguintes recursos: R\$ 25.000,00 em máquinas e o restante com reservas de lucros;

– Não houve pagamento de empréstimos.

15. O fluxo de caixa decorrente das Atividades Operacionais gerado pela Cia. Batucada no primeiro semestre de 2018 foi, em reais,

- (A) 27.000,00, positivo.
- (B) 26.000,00, negativo.
- (C) 19.000,00, positivo.
- (D) 57.000,00, positivo.
- (E) 11.000,00, negativo.

Comentários:

Pessoal, questão padrão FCC de Demonstração dos Fluxos de Caixa! Já resolvemos dezenas iguais a essa. Vamos usar aquele macetinho de encontrar primeiro os Fluxos de Investimento e Financiamento que são mais fáceis:

Fluxo de Investimentos:

Vejam que a conta Investimentos passou de 180.000 para 196.000, então, podemos garantir que houve a aquisição de novos investimentos de $196.000 - 180.000 = 16.000$, certo? **ERRADO!!!** Precisamos entender que o resultado como equivalência patrimonial gera efeitos na conta de Investimentos, portanto, temos que retirar o saldo de 16.000, ganho com MEP, dessa variação: $16.000 - 16.000 = 0.000$. **Ou seja, não houve a aquisição de novos investimentos.**

Houve a venda dos Terrenos, só que precisamos saber por quanto a operação foi realizada. O valor contábil era de 180.000 e houve prejuízo na Venda (apresentado na DRE) de 38.000.

Assim sendo, a venda foi realizada por $180.000 - 38.000 = 142.000,00$

Agora vamos analisar a conta Máquinas. Houve variação de $242.000 - 200.000 = 42.000$. Só que a questão fala que houve integralização de capital com máquinas no valor de R\$ 25.000, assim sendo, temos que excluir esse saldo também. Portanto, a empresa pagou $42.000 - 25.000 = 17.000$ por novas máquinas.

Fluxo de Atividade de Investimentos:

Venda de Terrenos	142.000
Aquisição de novas Máquinas	(17.000)
Fluxo Gerado nas Atividades De Investimento	125.000



Vamos analisar a conta de Empréstimos. A variação foi de $245.000 - 200.000 = 45.000$. Esse valor representa a entrada de caixa de novos empréstimos, não é mesmo? **ERRADO!!** Temos um detalhe importante: **as despesas financeiras!** Como elas não foram pagas, o saldo de Empréstimos foi “atualizado” pelas despesas financeiras. Isto é, quando a despesa financeira não é paga, o saldo de Empréstimos aumenta, mas não ocorreu entrada ou saída de caixa.

Portanto, a entrada de caixa, referente aos novos empréstimos foi: $45.000 - 9.000 = 36.000$.

Vamos analisar a variação da conta Capital Social! Houve aumento de $400.000 - 350.000 = 50.000,00$, sendo que 25.000 foram de máquinas e 25.000 de incorporação de Reservas de Lucros. Não houve entrada ou saída de caixa.

Agora, vamos analisar a destinação do Lucro Líquido; esse saldo pode ter as seguintes destinações: **Reservas de Lucros, Dividendos ou Capital Social.**

Lucro Líquido: 89.000

Variação de Reservas de Lucros:

O saldo inicial dessa conta era de 75.000, só que 25.000 foram destinados para aumento de Capital Social, ficando com saldo de 50.000. Só que no Balanço Patrimonial o saldo final dessa conta é de 109.000, portanto, foi destinado $109.000 - 50.000 = 59.000$ do Lucro do Exercício para essa conta!

Outra maneira de encontrar esse valor: Fórmula Universal: Saldo Final = Saldo Inicial + Entradas – Saídas

Saldo Inicial = 75.000

Entradas (destinação do Lucro) = ???

Saídas = Destinação para aumento de Capital Social = 25.000

Saldo Final = 109.000

$109.000 = 75.000 + Entradas - 25.000$

$Entradas = 109.000 - 50.000 = 59.000$

Destinação para dividendos a pagar: 30.000

Saldo do Lucro Líquido = 0

Percebam que não houve influência no Caixa da empresa com essas variações!

Fluxo de Atividades de Financiamentos:

Novos Empréstimos	36.000,00
Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento	36.000,00

Agora, como vamos encontrar o Fluxo das Atividades Operacionais.

$$\begin{aligned} \text{Variação das Disponibilidade} &= \text{FCO} + \text{FCI} + \text{FCF} \\ 298.000 - 110.000 &= \text{FCO} + 125.000 + 36.000 \\ 188.000 &= \text{FCO} + 161.000 \\ \text{FCO} &= 27.000. \end{aligned}$$

Agora, poderíamos fazer pelo Método Indireto também:

DFC - Método Indireto	
Lucro Líquido	R\$ 89.000,00
(+) Despesa de Depreciação	R\$ 25.000,00
(+) Prejuízo na Venda do Imóveis	R\$ 38.000,00
(-) Resultado da Equivalência Patrimonial	-R\$ 16.000,00
(+) Despesa de Juros	R\$ 9.000,00
= Lucro Ajustado	R\$ 145.000,00
(+) Diminuição de Duplicatas a Receber	R\$ 15.000,00
(-) Aumento dos Estoques	-R\$ 42.000,00
(-) Aumento de Seguros Antecipados	-R\$ 36.000,00
(-) Diminuição Fornecedores	-R\$ 35.000,00
(-) Diminuição do Imposto de Renda a pagar	-R\$ 13.000,00
(+) Aumento de Provisões	R\$ 15.000,00
(-) Diminuição de adiantamento de Clientes	-R\$ 22.000,00
Fluxo Gerado pelas Atividades Operacionais	R\$ 27.000,00

Gabarito → A

16. O fluxo de caixa decorrente das Atividades de Investimento e das Atividades de Financiamento apurado pela Cia. Batucada no primeiro semestre de 2018 foram, respectivamente, em reais,

- (A) 125.000,00 e 36.000,00, positivos.
- (B) 100.000,00 e 61.000,00, positivos.
- (C) 125.000,00 e 45.000,00, positivos.
- (D) 109.000,00 e 36.000,00, positivos.
- (E) 109.000,00 e 45.000,00, positivos.

Comentários:

Conforme já encontrado:



Fluxo de Atividade de Investimentos:

Venda de Terrenos	142.000
Aquisição de novas Máquinas	(17.000)
Fluxo Gerado nas Atividades De Investimento	125.000

Fluxo de Atividades de Financiamentos:

Novos Empréstimos	36.000,00
Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento	36.000,00

Gabarito → A

CABE RECURSO!

17. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Em 31/12/2016, o Patrimônio Líquido da empresa Dividendos S.A. possuía a seguinte composição:

– Capital Social	R\$ 750.000,00
– Reserva Legal	R\$ 60.000,00
– Ajuste de Avaliação Patrimonial	R\$ 50.000,00

O lucro, antes do imposto de renda e dos juros sobre o capital próprio de 2017, era R\$ 100.000,00 e a TJLP de 2017 foi 10% no ano. O valor dos juros sobre o capital próprio que a empresa Dividendos S.A. poderia ter distribuído era, em reais,

- (A) 75.000,00.
- (B) 80.000,00.
- (C) 81.000,00.
- (D) 86.000,00.
- (E) 50.000,00.

Comentários:

Pessoal, essa questão pode ser considerada um ponto “fora da curva” em questões da FCC. Faz tempo que esse tema não aparece em provas.

O gabarito preliminar é a Letra B – 80.000.

Todavia, ela está fora do edital, pois cobra tópicos de legislação tributária, que não estão expressamente previstos na ementa. Assim, quem errou, pode solicitar a anulação somente com base nesse quesito.

Mas vamos comentar.

O art. 75 da Instrução Normativa RFB nº 1.700/17 determina o seguinte:

Art. 75. Para efeitos de apuração do lucro real e do resultado ajustado a pessoa jurídica poderá deduzir os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados, individualizadamente, ao titular, aos sócios ou aos acionistas, limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e calculados, exclusivamente, sobre as seguintes contas do patrimônio líquido:

- I - capital social;
- II - reservas de capital;
- III - reservas de lucros;
- IV - ações em tesouraria; e
- V - prejuízos acumulados.

Portanto, os Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP), nesta questão, deverá incidir sobre o Capital Social e a Reserva Legal. Não incide sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial, conforme o art. 75 acima.

Capital Social \$ 750.000 + Reserva Legal \$ 60.000 = \$ 810.000

Base JSCP \$ 810.000 x TJLP 10% = \$ 81.000.

Ocorre que o Juros Sobre Capital Próprio tem dois limites, segundo a Instrução Normativa RFB nº 1.700/17, art. 75, § 2º:

Art. 75 (...)

§ 2º O montante dos juros remuneratórios passível de dedução nos termos do caput não poderá exceder o maior entre os seguintes valores:

- I - 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício antes da dedução dos juros, caso estes sejam contabilizados como despesa; ou
- II - 50% (cinquenta por cento) do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros.

§ 3º Para efeitos do disposto no inciso I do § 2º, o lucro será aquele apurado após a dedução da CSLL e antes da dedução do IRPJ.

Portanto, vamos calcular o maior entre os dois valores citados: 50% do lucro líquido do exercício OU 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucro.

Lembramos que o lucro será aquele apurado após a dedução da CSLL e antes da dedução do IRPJ.

Lucro Exercício \$ 100.000 x 50% = \$ 50.000



Lucro Acumulado + Reservas de lucro: a questão não informa o Lucro Acumulado.

Informou apenas o lucro antes do imposto de renda e dos juros sobre o capital próprio de 2017, no valor de R\$ 100.000,00. Se considerarmos que esse é o Lucro Acumulado, chegaremos ao gabarito da Banca:

Lucro acumulado (?) \$ 100.000 + Reserva Legal \$ 60.000 = \$ 160.000 x 50% = \$ 80.000

Ocorre que o Lucro antes do imposto de renda e dos juros sobre o capital próprio não pode ser considerado o Lucro Acumulado. Falta abater as despesas de Imposto de Renda e de JSCP, e falta a distribuição de dividendos. Além disso, se formos comparar 50% do Lucro do Exercício com 50% do Lucro do exercício mais reservas de lucro, não há sentido. O segundo número será sempre maior.

Assim, considerando que a questão informou apenas a Reserva de lucro, temos:

Lucro Acumulado (zero) + Reserva de Lucro \$ 60000 = \$ 60.000 x 50% = \$30.000

Como 50% do lucro do exercício é maior, o valor que a empresa poderia ter distribuído a título de Juros sobre o Capital Próprio é de R\$ 50.000,00.

Solicitamos a ALTERAÇÃO do gabarito para letra E.

Gabarito preliminar → B

Solicitação de alteração para Letra E ou anulação (o que te interessar)

18. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Sobre Ativos Intangíveis, considere:

- I. Os gastos incorridos com pesquisa devem ser reconhecidos como ativo em desenvolvimento, uma vez que gerarão benefícios futuros para a entidade.
- II. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo.
- III. Um ativo intangível com vida útil definida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, deve ser amortizado e não está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável, existindo ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável.
- IV. Um ativo intangível com vida útil indefinida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, não sofre amortização e está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável anualmente, existindo ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e III.



- (C) I, II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e IV.

Comentários:

Questão que cobra conhecimentos do CPC 04 – Ativo Intangível! Vamos analisar cada item:

I. Os gastos incorridos com pesquisa devem ser reconhecidos como ativo em desenvolvimento, uma vez que gerarão benefícios futuros para a entidade. **Errado**, nenhum ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido. Os gastos com pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos. Durante a fase de pesquisa de projeto interno, a entidade não está apta a demonstrar a existência de ativo intangível que gerará prováveis benefícios econômicos futuros. Portanto, tais gastos devem ser reconhecidos como **despesa quando incorridos**.

II. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo. **Correto**, item 48 do CPC 04: 48. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo. Isso se justifica porque não há independência na avaliação.

III. Um ativo intangível com vida útil definida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, deve ser amortizado e não está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável, existindo ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável. **Errado**, um ativo intangível com vida útil definida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, deve ser amortizado e **está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável**.

IV. Um ativo intangível com vida útil indefinida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, não sofre amortização e está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável anualmente, existindo ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável. **Correto**, como não há base sistemática de amortização, o ativo intangível com vida útil indefinida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, não sofre amortização e está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos anualmente, independentemente de haver indícios de perda ou não.

Gabarito → D

19. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) A Cia. Negociante reconheceu, durante o ano de 2017, vendas brutas no valor total de R\$ 2.000.000,00. As seguintes informações adicionais são conhecidas sobre fatos ocorridos no mesmo ano:

- Devoluções de vendas R\$ 240.000,00
- Abatimentos sobre vendas R\$ 150.000,00
- Comissões sobre as vendas realizadas R\$ 50.000,00
- Frete para entrega das vendas realizadas R\$ 20.000,00
- Impostos sobre vendas R\$ 370.000,00
- Estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa R\$ 60.000,00
- Recuperação de créditos com clientes R\$ 10.000,00

Sabendo que o custo das mercadorias vendidas foi R\$ 800.000,00, a Receita Líquida de vendas e o Lucro Bruto (Resultado com Mercadorias) apurados pela Cia. Negociante, no ano de 2017, foram, respectivamente, em reais,

- (A) 1.240.000,00 e 420.000,00.
- (B) 1.220.000,00 e 370.000,00.
- (C) 1.240.000,00 e 320.000,00.
- (D) 1.220.000,00 e 420.000,00.
- (E) 1.240.000,00 e 440.000,00.

Comentários:

Sempre alertamos os nossos alunos que a FCC adora pedir o Lucro Bruto em suas questões e coloca como pegadinha o frete sobre vendas! Caiu de novo!! Para resolver essa questão, vamos preparar a DRE:

Vendas Brutas	R\$ 2.000.000,00
(-) Devoluções de vendas	-R\$ 240.000,00
(-) Abatimentos sobre vendas	-R\$ 150.000,00
(-) Impostos sobre vendas	-R\$ 370.000,00
Receita Líquida de Vendas	R\$ 1.240.000,00
(-)CMV	-R\$ 800.000,00
Lucro Bruto	R\$ 440.000,00

Gabarito → E

20. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Em 31/12/2016, a Cia. Participativa adquiriu 30% de participação na Cia. Iluminada por R\$ 800.000,00 e passou a ter influência significativa sobre a investida. O Patrimônio Líquido da Cia. Iluminada era composto apenas pelo Capital Social, o qual

era formado por 5.000 ações ordinárias. Durante o ano de 2017, a Cia. Iluminada apurou lucro líquido de R\$ 200.000,00 e distribuiu dividendos no valor de R\$ 80.000,00.

A Cia. Participativa, em 2017, reconheceu Receita de

- (A) Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 60.000,00, em função de avaliar a Cia. Iluminada pelo método da equivalência patrimonial.
- (B) Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 36.000,00 e Receita de Dividendos no valor de R\$ 24.000,00, em função de avaliar a Cia. Iluminada pelo método da equivalência patrimonial.
- (C) Dividendos no valor de R\$ 24.000,00, em função de avaliar a Cia. Iluminada pelo método da equivalência patrimonial.
- (D) Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 36.000,00, em função de avaliar a Cia. Iluminada pelo método de custo.
- (E) Dividendos no valor de R\$ 24.000,00, em função de avaliar a Cia. Iluminada pelo método de custo.

Comentários:

Como a Cia. Participativa passou a ter influência significativa sobre a Cia. Iluminada, o Investimento será avaliado pelo Método da Equivalência Patrimonial. Nesse caso, qualquer alteração no Patrimônio da investida será reconhecida pela Investidora, vejamos:

Lucro Líquido x Percentual de Participação = Ganho com MEP (receita) = $200.000 \times 0,30 = 60.000$ de receita.

D – Investimentos na Cia. Iluminada	
C – Ganhos com MEP (receita)	R\$ 60.000,00

A distribuição de dividendos NÃO é receita pelo MEP, mas a contabilização a ser feita será:

Dividendos a receber = $80.000 \times 0,30 = R\$ 24.000,00$

D – Dividendos a receber	
C – Investimentos na Cia. Iluminada	R\$ 60.000,00

Gabarito → A

P3 – AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO

Correção - Prova ICMS Santa Catarina – FCC – contabilidade avançada e de custos

Atenção: Para responder às questões de números 16 a 18, considere as informações a seguir. Em 31/12/2016, a Cia. Rosa adquiriu 90% das ações da Cia. Colorida pelo Valor de R\$ 15.000.000,00 à vista. Na data da aquisição, o patrimônio líquido contabilizado da Cia. Colorida era R\$ 9.000.000,00 e o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era R\$ 13.000.000,00, sendo a diferença decorrente de um ativo imobilizado adquirido anteriormente e avaliado pelo custo.

16. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) O valor do ágio pago pela Cia. Rosa na aquisição do investimento na Cia. Colorida foi, em reais,

- A) 6.900.000,00.
- B) 4.000.000,00.
- C) 2.000.000,00.
- D) 3.300.000,00.
- E) 6.000.000,00.

Comentário:

Vejam os dados da aquisição:

R\$ mil	Total	90%
Valor Patrimonial	9.000	8.100
Mais Valia	4.000	3.600
Goodwill		3.300
Valor pago		15.000

Gabarito → D



17. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) No período de 01/01/2017 a 31/12/2017, a Cia. Colorida reconheceu as seguintes mutações em seu patrimônio líquido:

- Lucro líquido: R\$ 500.000,00.
- Distribuição de dividendos: R\$ 100.000,00.
- Ajustes acumulados de conversão de investida no exterior: R\$ 50.000,00 (saldo devedor).

Sabendo que a vida útil remanescente do ativo imobilizado que originou a diferença entre o patrimônio líquido contábil e o patrimônio líquido avaliado pelo valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Cia. Colorida era 20 anos, o impacto total reconhecido na Demonstração do Resultado individual de 2017 da Cia. Rosa, decorrente do investimento na Cia. Colorida, foi, em reais,

- A) 315.000,00.
- B) 250.000,00.
- C) 450.000,00.
- D) 270.000,00.
- E) 360.000,00.

Comentário:

Vejamos o que afeta o Resultado.

Resultado da Equivalência patrimonial:

Lucro \$500.000 x 90% = \$ 450.000

Os ativos que geraram a Mais Valia são depreciados em 20 anos. Assim, a Mais Valia deve ser realizada na mesma proporção.

Vejamos novamente os dados da aquisição:

R\$ mil	Total	90%
Valor Patrimonial	9.000	8.100
Mais Valia	4.000	3.600
Goodwill		3.300
Valor pago		15.000

Realização da Mais Valia: $\$4.000.000 / 20 \text{ anos} = \200.000

Mais Valia $\$200.000 \times 90\% = \$ 180.000$

Contabilização:

D – Realização da Mais Valia (Resultado) 180.000

C – Investimento – Mais Valia (Ativo) 180.000

Efeito no Resultado

Equivalência patrimonial – Realização Mais Valia

$\$ 450.000 - \$ 180.000 = \$ 270.000$

Gabarito → D

18. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) O valor que a Cia. Rosa reconheceu no Balanço Patrimonial individual, na conta Investimentos em Controladas, na data da aquisição, foi, em reais,

A) 13.500.000,00.

B) 13.000.000,00.

C) 8.100.000,00.

D) 11.700.000,00.

E) 15.000.000,00.

Comentário:

O lançamento, na data da aquisição, fica assim:

D – Investimento (Ativo) 15.000.000

C – Caixa/banco (Ativo) 15.000.000

O Investimento é dividido em três subcontas:

--- Valor patrimonial 8.100.000

--- Mais Valia 3.600.000

--- Goodwill 3.300.000

Total 15.000.000



Gabarito → E

19. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) A Demonstração do Resultado do ano de 2017 da empresa Só-Negar S.A. é apresentada a seguir:

Demonstração do Resultado de 2017	Valores em R\$
Receitas de Vendas	12.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	- 6.300
(=) Resultado Bruto com Vendas	5.700
(-) Despesas gerais	- 4.000
(=) Resultado Líquido	1.700

As seguintes informações são conhecidas:

I. A empresa Controlar S.A. detém 100% do capital da empresa Só-Negar S.A.

II. A empresa Só-Negar realizou uma venda no valor de R\$ 5.000,00 para a empresa Controlar S.A., sendo que o Custo dos Produtos Vendidos foi R\$ 3.000,00. Desta forma, a margem bruta nessa venda foi 40%.

III. A empresa Controlar S.A. ainda mantém em seu estoque o valor de R\$ 1.500,00 das compras que fez da empresa SóNegar S.A.

Com base nessas informações, em 2017, o resultado

- A) não realizado considerado pela empresa Só-Negar S.A. foi R\$ 2.000,00.
- B) de equivalência patrimonial reconhecido pela empresa Controlar S.A. foi R\$ 1.100,00.
- C) de equivalência patrimonial reconhecido pela empresa Controlar S.A. foi R\$ 300,00, negativo.
- D) líquido da empresa Só-Negar S.A. foi reduzido em R\$ 900,00.
- E) de equivalência patrimonial reconhecido pela empresa Controlar S.A. foi R\$ 1.700,00.

Comentário:



Vamos calcular inicialmente o Lucro não Realizado:

Lucro não realizado

Valor no Estoque 1500 x margem 40% = \$ 600

Valor da Equivalência Patrimonial da Controlar

Lucro da Só-negar – Lucro não Realizado

Equivalência Patrimonial = \$ 1.700 - \$ 600 = \$ 1.100

Gabarito → B

20. **(FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018)** A empresa Brasil Investe S.A., cuja moeda funcional é o Real, é controladora da empresa Ronald Corporation, que atua nos Estados Unidos da América e tem como moeda funcional o dólar americano. O Balanço Patrimonial da empresa Ronald Corporation, em 31/12/2017, apresentava os seguintes saldos, expressos em dólar americano:

Ronald Corporation - Balanço Patrimonial em 31/12/2017

Ativo	US\$	Passivo e Patrimônio Líquido	US\$
Ativo circulante	9.300	Passivo circulante	9.000
Caixa e Equivalentes	2.000	Fornecedores	4.600
Clientes	4.000	Impostos a pagar	2.400
Estoques	3.300	Contas a pagar	2.000
Ativo não circulante	16.500	Passivo não circulante	4.000
Realizável no longo prazo	500	Empréstimos	4.000
Imobilizado	11.000	Patrimônio Líquido	12.800
Intangíveis	5.000	Capital	10.000
		Reservas de Lucros	2.800
Total do Ativo	25.800	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	25.800

O resultado líquido obtido em 2017 pela empresa Ronald Corporation, após a conversão para a moeda funcional da empresa brasileira, foi R\$ 5.940,00, e a conta Reservas de Lucros da empresa, em 31/12/2016, convertida para reais, apresentava o saldo de R\$ 3.360,00.

As seguintes informações adicionais são conhecidas:

- Os Estoques foram adquiridos em 31/10/2017.
- O Capital foi integralizado em 31/12/2014.

As cotações do dólar para diversas datas são as seguintes:

Data	Cotação do dólar (em R\$)
31/12/2014	3,00
31/12/2016	3,20
31/10/2017	3,50
31/12/2017	4,00
Média de 2017	3,30

Após a conversão do Balanço Patrimonial da empresa Ronald Corporation para reais, o

- A) Capital Social é R\$ 40.000,00.
- B) total dos Ajustes Acumulados de Conversão é R\$ 10.250,00.
- C) Patrimônio Líquido é R\$ 39.300,00.
- D) total dos Ajustes Acumulados de Conversão é R\$ 11.900,00.
- E) total do Ativo é R\$ 85.140,00.

Comentário:

Vamos converter o Balanço, usando a taxa de fechamento para o Ativo e Passivo, taxa histórica para o Capital Social e Reservas e Taxa da data da transação ou taxa média para o Resultado do Exercício.

Nesta questão, a banca já forneceu o valor em Reais para a conta Reserva de Lucros e o Resultado do Exercício.

Vamos lá:

	Dólar	Reais
Ativo	25.800	103.200
Passivo	13.000	52.000
PL		51.200

Pela equação fundamental da Contabilidade (Ativo = Passivo + PL), podemos calcular que o valor do PL em reais deve ser de R\$ 51.200.

O Capital Social foi integralizado em 31/12/2004, quando a taxa do dólar era de \$ 3,00 reais.

Capital Social = US\$ 10.000 x R\$ 3,00 = R\$ 30.000

Segundo informado pela questão, a Reserva de Lucro já convertida é de R\$ 3.360 e o Resultado do Exercício é de R\$ 5.940.

Então ficamos assim:

$PL = \text{Capital} + \text{Reserva} + \text{Resultado} + \text{Ajuste Acum. de Conversão}$

$\$51.200 = \$30.000 + \$ 3.360 + \$ 5.940 + \text{AAC}$

Ajuste Acumulado de Conversão = \$11.900.

Patrimônio Líquido	Reais
Capital Social	30.000
Reserva de lucro	3.360
Resultado líquido	5.940
AAC	11.900
Total PL	51.200

Gabarito → D

Atenção: Para responder às questões de números 21 e 22, considere as informações a seguir.

Em 30/11/2017, a Cia. Segura adquiriu um caminhão por meio de um contrato de arrendamento mercantil. O contrato estabelecia o pagamento de 36 prestações mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 8.000,00 cada, vencendo a primeira prestação em 31/12/2017. O valor presente das prestações, na data de início do contrato, era R\$ 245.000,00 (igual ao valor justo do caminhão nessa data) e a taxa de juros implícita na operação era 0,9% ao mês. A vida útil estimada do caminhão na data de aquisição foi 6 anos e o valor residual estimado pela empresa foi R\$ 29.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para a despesa de depreciação e pretende ficar com o caminhão no final do prazo do arrendamento.

21. **(FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018)** A Cia. Segura reconheceu, em 30/11/2017, um ativo no valor de

A) R\$ 245.000,00 e despesa de depreciação no valor de R\$ 3.000,00, no mês de dezembro de 2017.

B) R\$ 216.000,00 e despesa de depreciação no valor de R\$ 3.000,00, no mês de dezembro de 2017.



- C) R\$ 288.000,00 e despesa de depreciação no valor de R\$ 3.597,22, no mês de dezembro de 2017.
D) R\$ 259.000,00 e despesa de depreciação no valor de R\$ 3.597,22, no mês de dezembro de 2017.
E) R\$ 245.000,00 e despesa financeira no valor de R\$ 43.000,00, no mês de dezembro de 2017.

Comentário:

O Ativo deve ser reconhecido pelo Valor Justo ou pelo Valor Presente das prestações, dos dois o menor. Mas a questão atribuiu o mesmo valor para o Valor Justo e para o Valor Presente, de \$ 245.000.

O valor do Passivo:

$$36 \text{ prestações} \times \text{R\$ } 8.000 = \$ 288.000$$

A contabilização inicial fica assim:

D – Veículos (Ativo)	245.000
D – Encargos a transcorrer (retificad. Passivo)	43.000
C – Arrendamento a pagar (Passivo)	288.000

No mês de dezembro, a empresa reconhece a despesa de depreciação e uma despesa financeira, referente aos Encargos a transcorrer.

Depreciação:

Valor original	245.000
(-) Valor residual	(29.000)
= Valor depreciável	216.000

A ativo tem vida útil de 6 anos, que equivale a 72 meses.

$$\text{Valor depreciável } \$ 216.000 / 72 \text{ meses} = \$ 3.000$$

$$\text{Depreciação mensal} = \$ 3.000$$

Despesa financeira: Valor inicial x Taxa efetiva

$$\$ 245.000 \times 0,9\% = \$ 2.205$$

Gabarito → A



22. **(FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018)** A Cia. Segura reconheceu, em 30/11/2017, um passivo no valor líquido de

- (A) R\$ 245.000,00 e despesa financeira no valor de R\$ 1.194,44, no mês de dezembro de 2017.
- (B) R\$ 245.000,00 e despesa financeira no valor de R\$ 2.205,00, no mês de dezembro de 2017.
- (C) R\$ 288.000,00 e não houve nenhuma despesa no ano.
- (D) R\$ 288.000,00 e despesa financeira no valor de R\$ 2.592,00, no mês de dezembro de 2017.
- (E) R\$ 245.000,00 e despesa financeira no valor de R\$ 43.000,00, no mês de dezembro de 2017.

Comentário:

Contabilização inicial:

D – Veículos (Ativo)	245.000
D – Encargos a transcorrer (retificad. Passivo)	43.000
C – Arrendamento a pagar (Passivo)	288.000

Valor do Passivo: $288.000 - 43.000 = 245.000$

Valor dos juros (despesa financeira)

Despesa financeira: Valor inicial x Taxa efetiva

$\$ 245.000 \times 0,9\% = \$ 2.205$

Gabarito → B

Atenção: Para responder às questões de números 23 e 24, considere as informações a seguir.

A Cia. Produtos Naturais apresentou no Balanço Patrimonial publicado em 31/12/2016 o saldo total de R\$ 470.000,00 na conta de Provisões, cuja composição era a seguinte:

Tipo de processo	Provisão reconhecida em 31/12/2016
Trabalhista 1	R\$ 190.000,00
Ambiental 1	R\$ 280.000,00



No final de 2017, a empresa reavaliou a situação dos processos a que estava respondendo em 2016 e identificou quatro novos processos judiciais surgidos em 2017. As informações sobre os diversos processos, em 31/12/2017, são apresentadas na tabela a seguir:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de perda em 31/12/2017	Valor estimado de perda em 31/12/2017
Trabalhista 1	Provável	R\$ 210.000,00
Trabalhista 2	Possível	R\$ 150.000,00
Tributário 1	Possível	R\$ 340.000,00
Tributário 2	Provável	R\$ 170.000,00
Cível 1	Provável	R\$ 140.000,00
Ambiental 1	Possível	R\$ 250.000,00

23. Com base nas informações fornecidas, o impacto total causado no Resultado de 2017 da Cia. Produtos Naturais, relacionado às Provisões, foi, em reais,

- (A) 60.000,00, negativo.
- (B) 80.000,00, negativo.
- (C) 50.000,00, negativo.
- (D) 520.000,00, negativo.
- (E) 310.000,00, negativo.

Comentário:

A empresa deve provisionar os processos com provável possibilidade de perda. Se a perda for possível, a empresa não contabiliza, mas divulga em nota explicativa. Se a possibilidade de perda for remota, não contabiliza e nem divulga.

A provisão anterior era de \$ 190.000 + \$ 280.000 = \$ 470.000.

O valor da nova provisão será o seguinte:



Tipo de processo	Probabilidade de perda	Valor estimado
Trabalhista	Provável	210.000
Tributário 2	Provável	170.000
Cível 1	Provável	140.000
Total provisão		520.000

Efeito no Resultado: \$ 520.000 - \$ 470.000 = \$ 50.000, negativo.

Gabarito → C

24. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Com base nas informações fornecidas, o saldo apresentado como Provisões, no Balanço Patrimonial da Cia. Produtos Naturais de 31/12/2017, foi, em reais,

- A) 550.000,00.
- B) 500.000,00.
- C) 780.000,00.
- D) 530.000,00.
- E) 520.000,00.

Comentário:

Tipo de processo	Probabilidade de perda	Valor estimado
Trabalhista	Provável	210.000
Tributário 2	Provável	170.000
Cível 1	Provável	140.000
Total provisão		520.000

Gabarito → E



25. **(FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018)** Uma empresa adquiriu uma marca que poderá ser explorada pelo prazo de 10 anos, não podendo ser revendida no final deste prazo. O preço pago foi R\$ 5.000.000,00 e a aquisição ocorreu em 31/12/2016. Em 31/12/2017, antes do fechamento das Demonstrações Contábeis, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de “impairment”) e obteve as seguintes informações sobre a marca adquirida:

- Valor em uso da marca: R\$ 4.200.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 4.000.000,00.

Com base nessas informações, no resultado de 2017 a empresa deveria ter reconhecido uma

- (A) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00, apenas.
- (B) perda por desvalorização no valor de R\$ 1.000.000,00, apenas.
- (C) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 500.000,00.
- (D) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 300.000,00.
- (E) perda por desvalorização no valor de R\$ 800.000,00, apenas.

Comentários:

Amortização anual: $\$5.000.000 / 10 \text{ anos} = \$ 500.000 / \text{ano}$

Em 31/12/2017, a Marca possui o seguinte valor contábil:

Valor original	\$ 5.000.000
(-) Amortização acumulada	(500.000)
Valor contábil	\$ 4.500.000

O valor contábil deve ser comparado com o valor recuperável, que é o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda:

- Valor em uso da marca: R\$ 4.200.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 4.000.000,00.

Valor recuperável = \$ 4.200.000.



Como o valor contábil é maior que o valor recuperável, a empresa deve reconhecer uma perda por recuperabilidade.

Perda por recuperabilidade = Valor contábil – valor recuperável

Perda por recuperabilidade = \$ 4.500.000 - \$ 4.200.000

Perda por recuperabilidade = \$ 300.000

Assim, a empresa reconhece uma amortização de \$500.000 e uma perda por recuperabilidade de \$300.000.

Gabarito → D

26. **(FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018)** A Cia. das Tintas apresentava, em seu balanço patrimonial de 31/12/2017, um ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era R\$ 880.000,00 e composto por:

Custo: R\$ 990.000,00.

Perda por desvalorização reconhecida (em 2016): R\$ 110.000,00.

Em 31/12/2017, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ágio (teste de “impairment”) e obteve as seguintes informações:

– Valor em uso: R\$ 1.050.000,00.

– Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 830.000,00.

Com base nessas informações, o valor que a Cia. das Tintas apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para este ativo (ágio) foi, em reais,

A) 1.050.000,00.

B) 830.000,00.

C) 990.000,00.

D) 770.000,00.

E) 880.000,00.



Comentário:

Quando a empresa já reconheceu uma perda por teste de recuperabilidade e um teste posterior indica que o valor recuperável está acima do valor contábil, a perda pode ser revertida.

Exceto para o ágio por expectativa de rentabilidade futura (o Goodwill). A perda reconhecida no Goodwill não deve ser revertida, pois não dá para distinguir do Goodwill gerado internamente. E a empresa nunca deve contabilizar o Goodwill gerado internamente.

Assim, voltando à questão, o Goodwill continua com valor de R\$ 880.000.

Gabarito → E

Atenção: Para responder às questões de números 27 e 28, considere as informações a seguir.

Para obter recursos com o objetivo de financiar sua expansão, a Cia. Enrolada emitiu um lote de debêntures no valor total de R\$ 12.000.000,00 com as seguintes características:

- Data da emissão: 30/11/2017.
- Prazo total: 10 anos.
- Taxa de juros compostos: 1,1% ao mês.
- Pagamentos: parcelas anuais de R\$ 2.303.132,61.

A Cia. incorreu em gastos no valor total de R\$ 180.000,00 para a emissão e colocação das debêntures no mercado. Como havia uma expectativa de que as taxas de juros sofreriam uma queda nos próximos anos, houve uma grande demanda pelas debêntures emitidas e a empresa conseguiu vendê-las por R\$ 12.840.000,00 (valor superior ao desejado), o que fez com que a taxa de custo efetivo da emissão fosse 1% ao mês.

27. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) O saldo líquido que a Cia. Enrolada apresentou no balanço patrimonial, em 30/11/2017, para as debêntures emitidas foi, em reais,

- A) 12.840.000,00.
- B) 12.180.000,00.



- C) 12.000.000,00.
- D) 11.820.000,00.
- E) 12.660.000,00.

Comentário:

A empresa vendeu as debêntures por \$ 12.840.000, com gastos de \$ 180.000 para emissão e colocação (custos de transação).

Valor inicial: \$ 12.840.000 - \$ 180.000 = \$ 12.660.000

Gabarito → E

28. **(FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018)** O valor dos encargos financeiros apropriado no resultado de 2017 da Cia. Enrolada, referente às debêntures emitidas foi, em reais,

- A) 128.400,00.
- B) 126.600,00.
- C) 132.000,00.
- D) 312.000,00.
- E) 118.200,00.

Comentário:

Para calcular os encargos financeiros, basta multiplicar o valor inicial pela taxa de juros efetiva.

Encargos financeiros = \$ 12.660.000 x 1% = \$126.600

Gabarito → B

29. **(FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018)** No dia 30/11/2017, a Cia. das Aves realizou as seguintes vendas de mercadorias:

- Vendas à vista no valor de R\$ 1.500.000,00.
- Vendas a prazo no valor nominal de R\$ 2.300.000,00 que será recebido integralmente em 30/04/2019.

Na data da venda a empresa praticava a taxa de juros de 0,83% ao mês, que corresponde a 15% para o período das vendas a prazo.

Em relação às vendas efetuadas em 30/11/2017, a Cia. das Aves deveria reconhecer Receita de Vendas no valor de

- (A) R\$ 3.500.000,00 no resultado de 2017, apenas.
- (B) R\$ 3.500.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 300.000,00, ambos no resultado de 2017.
- (C) R\$ 3.500.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 16.600,00, ambos no resultado de 2017.
- (D) R\$ 3.455.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 16.226,50, ambos no resultado de 2017.
- (E) R\$ 3.800.000,00 no resultado de 2017, apenas.

Comentários:

Para responder esta questão, precisamos de conhecimento acerca do ajuste a valor presente.

Vamos lá!

Venda à vista	R\$ 1.500.000,00
Venda a prazo	R\$ 2.300.000,00
Valor presente (2.300.000/1,15)	R\$ 2.000.000,00

Receitas do período	
Venda à vista	R\$ 1.500.000,00
Venda a prazo	R\$ 2.000.000,00
Receita de vendas	R\$ 3.500.000,00

Receita financeira (2.000.000 x 0,83%)	R\$ 16.600,00
-----------------------------------------------	----------------------

Gabarito → C.

30. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Considere as seguintes assertivas:

- I. Uma subvenção governamental recebida deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido, desde que não haja obrigações a serem cumpridas pela entidade.
- II. Subvenção relacionada a ativo depreciable deve ser reconhecida como receita ao longo do período da vida útil do bem e na mesma proporção de sua depreciação.
- III. Caso uma subvenção governamental não possa ser distribuída aos acionistas, ela deve ser reconhecida diretamente na conta Reserva de Incentivos Fiscais, no Patrimônio Líquido.
- IV. A subvenção governamental relacionada a ativos não monetários e com obrigações a serem cumpridas deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, ou deduzindo o valor contábil do ativo relacionado.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

Comentários:

I. Uma subvenção governamental recebida deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido, desde que não haja obrigações a serem cumpridas pela entidade.

Errado. A subvenção não pode ser creditada diretamente no PL. Esse tratamento era previsto antes das alterações contábeis, quando a subvenção era tratada como reserva de capital. Hoje, os valores devem ir para o resultado do exercício, podendo afigurar-se hipótese de reserva de incentivos fiscais (reservas de lucros).

II. Subvenção relacionada a ativo depreciable deve ser reconhecida como receita ao longo do período da vida útil do bem e na mesma proporção de sua depreciação.

Correto. Se por exemplo, recebemos um terreno e este terreno tem correlação com uma fábrica que deprecia em 10 anos. Nesta hipótese, reconheceremos a receita de subvenção também em 10 anos.



III. Caso uma subvenção governamental não possa ser distribuída aos acionistas, ela deve ser reconhecida diretamente na conta Reserva de Incentivos Fiscais, no Patrimônio Líquido.

Errado. A constituição de reserva de incentivos fiscais é facultativa.

IV. A subvenção governamental relacionada a ativos não monetários e com obrigações a serem cumpridas deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, ou deduzindo o valor contábil do ativo relacionado.

Correto. Essas são as duas formas possíveis de apresentação da subvenção. Ou fica em conta do passivo, ou então deduzindo o próprio ativo.

Gabarito → A.

31. . (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Considere as seguintes assertivas:

I. As propriedades para investimento devem ser inicialmente mensuradas pelo seu custo. Os custos de transação devem ser incluídos na mensuração inicial.

II. Para propriedades para investimento mensuradas ao valor justo, as alterações no seu valor justo devem ser reconhecidas no resultado do período se for perda e no patrimônio líquido se for ganho.

III. As entidades devem mensurar o valor justo das propriedades para investimento, mesmo escolhendo o método de custo para fins de mensuração, uma vez que precisa divulgar esta informação para estas propriedades.

Está correto o que se afirma em

(A) III, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) I, II e III.

(D) I, apenas.

(E) I e II, apenas.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa:

I. As propriedades para investimento devem ser inicialmente mensuradas pelo seu custo. Os custos de transação devem ser incluídos na mensuração inicial. Correto, cópia literal do item 20 do CPC 28 – Propriedade para Investimentos:

20. A propriedade para investimento deve ser inicialmente mensurada pelo seu custo. Os custos de transação devem ser incluídos na mensuração inicial.

II. Para propriedades para investimento mensuradas ao valor justo, as alterações no seu valor justo devem ser reconhecidas no resultado do período se for perda e no patrimônio líquido se for ganho. **Errado**, de acordo com o item 35 do CPC 28, **o ganho ou a perda** proveniente de alteração no valor justo de propriedade para investimento deve ser reconhecido no resultado do período em que ocorra. Não é apenas a perda.

III. As entidades devem mensurar o valor justo das propriedades para investimento, mesmo escolhendo o método de custo para fins de mensuração, uma vez que precisa divulgar esta informação para estas propriedades. **Correto**, o item 32 do CPC 28 afirma:

Este Pronunciamento Técnico exige que todas as entidades mensurem o valor justo de propriedades para investimento para a finalidade de mensuração (se a entidade usar o método do valor justo) ou de divulgação (se usar o método do custo).

Gabarito → B

32. **(FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018)** Em 15/12/2017, uma empresa realizou uma venda a prazo no valor total de US\$ 300.000,00. Sabendo que a taxa de câmbio em 15/12/2017 era R\$ 3,00/US\$, em 31/12/2017 era R\$ 3,50/US\$ e a taxa de câmbio média do mês de dezembro de 2017 foi R\$ 3,20/US\$, a empresa reconheceu, no mês de dezembro de 2017, uma Receita de Vendas de

(A) R\$ 960.000,00 e Receita Financeira de R\$ 90.000,00.



(B) R\$ 900.000,00 e Receita Financeira de R\$ 150.000,00.

(C) R\$ 900.000,00 e Receita Financeira de R\$ 60.000,00.

(D) R\$ 1.050.000,00, apenas.

(E) R\$ 960.000,00, apenas.

Comentários:

Para a DRE, utilizamos a taxa da data da transação. Apenas se não tivesse é que utilizaríamos a taxa média.

Receita de vendas: $300.000 \times 3,00 = 900.000$

Agora, o valor da variação até o final do mês é considerado variação monetária e será reconhecido como receita financeira:

$(3,50 - 3,00) \times 300.000 = 150.000,00$.

Portanto, teremos 900.000 de receita de vendas e 150.000 de receita financeira.

Gabarito → B.

33. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Em junho de 2017, ao analisar detalhadamente o seu ativo imobilizado, a Cia. das Dúvidas identificou dois itens:

I. O valor da despesa de depreciação dos edifícios, referente ao ano de 2016, foi calculada considerando o valor residual incorreto. A diferença entre os valores calculados e o que deveria ter sido calculado é material.

II. Ao analisar a vida útil econômica estimada dos veículos, a Cia. identificou que a vida útil remanescente aumentou. Assim, a vida útil remanescente que era de 2 anos, passou a ser de 4 anos.

Nesse caso, a Cia. das Dúvidas

(A) corrige suas demonstrações contábeis de forma retrospectiva referente aos itens I e II e divulga os erros em 2017.

(B) ajusta suas demonstrações contábeis de 2016 para fins de comparação com as de 2017, para os dois itens.

(C) não precisa fazer nenhum ajuste nas demonstrações contábeis de forma retrospectiva.

(D) corrige suas demonstrações contábeis de forma retrospectiva referente ao item I e divulga o erro em 2017.

(E) corrige suas demonstrações contábeis de forma prospectiva referente ao item I e divulga o erro em 2017.

Comentários:

Questão que trata do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

O primeiro caso apresenta o caso de um erro, classificado como material. O erro material deve ser corrigido de forma retrospectiva e divulgado em notas explicativas de 2017.

Sobre o item II, trata-se de mudança de estimativa contábil. Dada a sua natureza, a revisão da estimativa não se relaciona com períodos anteriores nem representa correção de erro. O reconhecimento prospectivo do efeito de mudança na estimativa contábil significa que a mudança é aplicada a transações, a outros eventos e a condições a partir da data da mudança na estimativa.

Gabarito → D

34. **(FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018)** A empresa comercial Só Negócios S.A. apresentou as seguintes informações referentes ao primeiro semestre de 2018:

Demonstração do Resultado	
01/01/2018 a 30/06/2018	(em reais)
Receita Bruta de Vendas	480.000
(-) Impostos sobre vendas	<u>(110.000)</u>
(=) Receita Líquida	370.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	<u>(150.000)</u>
(=) Lucro Bruto	220.000
(-) Despesas operacionais	
Despesas de depreciação	(35.000)
Despesas com salários	(20.000)
INSS sobre salários (empresa)	(4.000)
FGTS sobre salários	<u>(1.600)</u>
(=) Lucro antes do IR e CSLL	159.400
(-) IR e CSLL	<u>(35.400)</u>
(=) Lucro Líquido	<u>124.000</u>

Com base nessas informações e sabendo que o valor dos tributos recuperáveis referentes aos produtos comercializados no primeiro semestre de 2018 foi R\$ 27.000,00, o Valor Adicionado distribuído na forma de Impostos, Taxas e Contribuições pela empresa Só Negócios S.A. foi, em reais,

- (A) 118.400,00.
- (B) 124.000,00.
- (C) 122.400,00.
- (D) 145.400,00.
- (E) 176.400,00.

Comentários:

Vamos lá! A questão pediu um ponto específico: os impostos distribuídos na forma de impostos, taxas e contribuições.

Lembrando que na segunda parte da DVA, os tributos devem ser apresentados pela forma líquida, isto é, pelo valor a recolher ao respectivo ente.

Governo: $(110.000 - 27.000) + 4.000 + 35.400 = 122.400,00$.

Gabarito → C.

35. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) O Patrimônio Líquido da Cia. Giro Certo possuía a seguinte composição em 31/12/2016:

- Capital Social: R\$ 600.000,00.
- Reserva Legal: R\$ 80.000,00.
- Reserva para Expansão: R\$ 200.000,00.
- Ações em Tesouraria: R\$ 40.000,00.
- Ajustes de Avaliação Patrimonial: R\$ 20.000,00 (saldo credor).

Durante o ano de 2017, a Cia. Giro Certo reconheceu as seguintes transações:

- Aplicação financeira mensurada ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: juros calculados pela taxa contratual no valor de R\$ 8.000,00, sendo o valor justo da aplicação financeira R\$ 5.000,00 inferior ao valor atualizado pela taxa contratual.
- Lucro Líquido: R\$ 800.000,00. Os impactos da aplicação financeira já estão considerados no lucro líquido.
- Constituição da Reserva Legal: R\$ 40.000,00.



- Dividendos obrigatórios distribuídos: R\$ 240.000,00.
- Aumento de Capital Social: emissão de 40.000 novas ações com valor nominal de R\$ 2,00 por ação, tendo conseguido negociá-las por R\$ 3,00 cada.
- Venda das Ações em Tesouraria por R\$ 60.000,00.

Considerando o registro dessas transações, o Patrimônio Líquido da Cia. Giro Certo, no balanço patrimonial de 31/12/2017, era, em reais,

- (A) 1.563.000,00.
- (B) 1.635.000,00.
- (C) 1.595.000,00.
- (D) 1.555.000,00.
- (E) 1.603.000,00.

Comentário:

Vamos partir do PL de 31/12/2016 e considerar apenas os fatos de 2017 que afetam o PL.

Patrimônio Líquido	
Capital Social	600.000
Reserva Legal	80.000
Reserva para Expansão	200.000
Ações em Tesouraria	- 40.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20.000
Total PL 31/12/2016	860.000
Ajuste ao valor justo - aplicação finan.	- 5.000
Lucro líquido	800.000
Dividendos obrigatórios distribuídos	- 240.000
Aumento Capital Social	120.000
venda ações tesouraria	60.000
Total PL em 31/12/2017	1.595.000

--- Aplicação financeira: vai para o PL apenas a diferença entre o Valor Justo e o valor atualizado pela taxa de juros. Diminui o PL em 5.000.

--- Lucro líquido: Aumenta o PL.

--- Constituição da Reserva Legal: não afeta o PL (diminui lucros acumulados e aumenta a Reserva Legal).

---- Dividendos obrigatórios: diminui o PL.

---- Aumento do Capital Social: aumenta o PL em \$120.000 (40.000 ações x \$3,00).

--- Venda de ações em tesouraria: aumenta o PL pelo valor da venda (\$ 60.000).

Contabilização da venda de ações em tesouraria:

D – Caixa (Ativo)	60.000
C – Ações em tesouraria (ret. PL)	40.000
C – Reserva de Capital (PL)	20.000

Gabarito → C

Atenção: Para responder às questões 36 e 37, considere as informações a seguir:

A Cia. das Indústrias, ao analisar o processo de produção e venda de seu único produto no mês de agosto de 2018, obteve as seguintes informações:

Custos fixos: R\$ 270.000,00 no mês.

Custos variáveis:

Matéria-prima: R\$ 20,00 por unidade.

Mão de obra direta: R\$ 40,00 por unidade.

Despesas fixas: R\$ 54.000,00 no mês.

Despesas variáveis: R\$ 10,00 por unidade.

Preço bruto de venda: R\$ 400,00 por unidade.

Comissões de venda: 5% do preço bruto de venda.

Impostos sobre venda: 10% da receita bruta de vendas.

36. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Sabendo que não havia estoques no início de agosto de 2018, que a Cia. das Indústrias produziu integralmente 3.000 unidades nesse mês e utiliza o método de custeio por absorção, o custo unitário da produção de agosto de 2018 foi, em reais,

(A) 160,00.

(B) 168,00.

(C) 178,00.

(D) 60,00.



(E) 150,00.

Comentários:

Vamos calcular o custo unitário de produção

Custo fixo unitário: R\$ 270.000,00/3.000 = 90,00

Custo variável unitário:

Matéria-prima: R\$ 20,00 por unidade.

Mão de obra direta: R\$ 40,00 por unidade.

Custo total unitário: 90 + 20 + 40 = R\$ 150,00.

Gabarito → E.

37. **(FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018)** Sabendo que a Cia. das Indústrias deseja obter um lucro de R\$ 405.000,00 apurado de acordo com o método de custeio variável, o ponto de equilíbrio econômico da Cia. das Indústrias, em quantidade, é de

(A) 1.500.

(B) 2.500.

(C) 2.700.

(D) 1.000.

(E) 1.200.

Comentários:

Para o ponto de equilíbrio econômico, não faz diferença se a empresa adota o custeio variável ou por absorção, pois tudo é computado.

Vamos começar com a Margem de Contribuição Unitária (MCU):

MCU = preço de venda unitário – custos variáveis – despesas variáveis

Custos e despesas variáveis	
Matéria-prima	20
Mão de obra direta	40
Despesas variáveis	10
Comissões sobre venda (\$ 400 x 5%)	20



Impostos sobre vendas (\$400 x 10%)	40
Total custos e despesas variáveis	130

Margem de Contribuição Unitária = Preço de venda – custos e despesas variáveis

Margem de Contribuição Unitária = \$400 - \$ 130 = \$ 270

Custos fixos + despesas fixas + lucro desejado

\$ 270.000 + \$ 54.000 + \$ 405.000 = \$ 729.000

Ponto de equilíbrio econômico = (custos e despesas fixas + lucro desejado) / MCU

Ponto de equilíbrio econômico = \$ 729.000 / \$ 270 = 2.700 unidades

Também podemos resolver assim:

Receita = Despesa + Custos + Lucro

$400 X = 270.000 + 20X + 40X + 54.000 + 10X + 20X + 40X + 405.000$

$400 X - 130X = 729.000$

$270 X = 729.000$

$X = 729.000/270 = 2.700$ unidades.

Gabarito → C.

38. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) A Cia. Abre e Fecha produz três tipos de fechaduras: Azul, Branca e Dourada. As informações referentes a cada fechadura são apresentadas a seguir:

(valores em R\$)

Produtos	Azul	Branca	Dourada
Preço líquido de venda (por unidade)	90	80	100
Custos variáveis (por unidade)	20	15	30
Custos fixos (por unidade)	20	12	16
Despesas variáveis (por unidade)	4	2	6
Despesas fixas (por unidade)	6	3	9

Os custos e despesas fixos são comuns aos três tipos de fechaduras, sendo que os custos fixos são alocados aos produtos com base nos volumes produzidos e as despesas fixas em função das despesas variáveis unitárias. A empresa só produz o que é vendido em cada mês, ou seja, não há formação de estoques de produtos acabados ou em elaboração e, no caso de descontinuidade da produção de qualquer um dos produtos, não há eliminação de custos fixos e despesas fixas.

Se a Cia. Abre e Fecha deseja descontinuar a produção de um produto de cada vez até a sua completa paralisação, a ordem de paralisação da produção dos tipos de fechaduras, considerando a maximização do lucro operacional enquanto estiver em operação, é

- (A) Azul, Branca e Dourada.
- (B) Branca, Azul e Dourada.
- (C) Branca, Dourada e Azul.
- (D) Dourada, Azul e Branca.
- (E) Azul, Dourada e Branca

Comentário:

A empresa deve paralisar inicialmente os produtos com a menor Margem de Contribuição.

A Margem de Contribuição unitária (MCU) é o preço de venda unitária menos os custos variáveis unitários e as despesas variáveis unitárias.

$$\text{MCU} = \text{Preço de venda} - (\text{custos variáveis} + \text{despesas variáveis})$$

Vamos calcular:

Produtos	Azul	Branca	Dourada
Preço líquido de venda (por unidade)	90	80	100
Custos variáveis (por unidade)	-20	-15	-30
Despesas variáveis (por unidade)	-4	-2	-6
Margem de Contribuição	66	63	64

A ordem em que os produtos devem ser descontinuados é:

Branca; Dourada; e Azul.

Gabarito → C

39. **(FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018)** A Cia. Produtos Especiais é uma empresa industrial e produz um único produto. Durante o mês de setembro de 2018, incorreu em gastos relativos aos seguintes itens:

- mão de obra direta: R\$ 100.000,00
- compra de matéria-prima: R\$ 350.000,00
- energia elétrica (consumida pela fábrica em setembro de 2018): R\$ 35.000,00

- remuneração do supervisor da fábrica: R\$ 18.000,00
- comissões dos vendedores: R\$ 20.000,00
- aluguel da área administrativa: R\$ 10.000,00

Considere ainda as seguintes informações:

- depreciação dos equipamentos industriais: R\$ 60.000,00
- estoque inicial de matéria-prima em 31/08/2018: R\$ 50.000,00
- estoque final de matéria-prima em 30/09/2018: R\$ 40.000,00
- estoque inicial de produtos em processo em 31/08/2018: R\$ 80.000,00
- estoque final de produtos em processo em 30/09/2018: R\$ 25.000,00

Com base nessas informações, o custo da produção acabada no período utilizando o custeio por absorção foi, em reais,

- A) 658.000,00.
- B) 610.000,00.
- C) 573.000,00.
- D) 608.000,00.
- E) 628.000,00.

Comentário:

Questão de “dois razonetes”. Se na prova não tiver espaço, use a fórmula universal:

Saldo inicial + entradas – saídas = Saldo final.

Vamos iniciar com o **Estoque de Matéria Prima**.

Estoque inicial + entrada (compras) – Saídas (consumo MP) = Estoque final

\$ 50.000 + \$ 350.000 – saídas (?) = \$ 40.000

Resolvendo, temos saída = \$ 360.000

Agora, o Estoque de Produtos em Elaboração.

Entradas - Estoque de produtos em elaboração	R\$
Matéria Prima consumida	360.000
Mão de obra direta	100.000
Energia elétrica - fábrica	35.000
Remuneração supervisor fábrica	18.000
Depreciação equipamentos industriais	60.000

Total	573.000
--------------	----------------

Estoque de Produtos em elaboração

Estoque inicial \$80.000 + entradas \$ 573.000 – saídas = Estoque final \$25.000

$\$80.000 + \$ 573.000 - \text{saídas} (?) = \$ 25.000$

Resolvendo, temos saídas = \$628.000

A saída do estoque de produtos em elaboração é o valor dos produtos acabados no período.

Gabarito → E

40. **(FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018)** A Cia. Só Novelos produz os produtos X, Y e Z em um único departamento. Ao analisar o processo produtivo de determinado mês, a Cia. obteve as seguintes informações:

Produto	Matéria-prima	Mão de obra direta	Quantidade total produzida	Preço de venda	Horas de mão de obra direta
X	\$ 100/unidade	\$ 60/unidade	2.000	\$ 400/unidade	1h/unidade
Y	\$ 150/unidade	\$ 80/unidade	1.000	\$ 300/unidade	2h/unidade
Z	\$ 120/unidade	\$ 20/unidade	500	\$ 500/unidade	2h/unidade

Sabe-se que a Cia. Só Novelos utiliza o custeio por absorção e os custos fixos indiretos totais incorridos nesse mês foram R\$ 175.000,00, os quais são alocados aos produtos em função da quantidade de horas de mão de obra direta total utilizada.

Com base nessas informações e sabendo que não havia estoques iniciais e finais de produtos em processo, o custo unitário de produção do produto

- (A) X foi R\$ 195,00.
- (B) Y foi R\$ 230,00.
- (C) X foi R\$ 210,00.
- (D) Y foi R\$ 265,00.
- (E) Z foi R\$ 175,00.

Comentário:

Vamos inicialmente ratear o custo fixo indireto usando como base as horas de mão de obra totais, por produto.

Produto	Quantidade	Horas MO unitária	Horas MO	Percentual	Custos fixos	Custo fixo unitário
---------	------------	-------------------	----------	------------	--------------	---------------------

			total			
X	2000	1	2000	40%	R\$ 70.000	R\$ 35
Y	1000	2	2000	40%	R\$ 70.000	R\$ 70
Z	500	2	1000	20%	R\$ 35.000	R\$ 70
Total			5000	100%	R\$ 175.000	

Agora, o custo unitário por produto.

Produto	Matéria prima	Mão de obra direta	Custos fixos indiretos	Total
X	R\$ 100	R\$ 60	R\$ 35	R\$ 195
Y	R\$ 150	R\$ 80	R\$ 70	R\$ 300
Z	R\$ 120	R\$ 20	R\$ 70	R\$ 210

Gabarito → A